

# **Banco Volvo (Brasil) S.A.**

Demonstrações Financeiras Consolidadas do  
Conglomerado Prudencial Referentes ao  
Semestre Findo em 30 de Junho de 2019 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Administradores e Acionistas do  
Banco Volvo (Brasil) S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Volvo (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional - CMN e pelas regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN, descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Volvo (Brasil) S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras previstas na Resolução CMN nº 4.280/13 e nas regulamentações complementares do BACEN, para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## Ênfase

### *Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial*

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela sua Administração para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/13 e as regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

## Outros assuntos

### *Demonstrações financeiras individuais*

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria, com ressalva referente à não reclassificação das operações de arrendamento mercantil, datado de 23 de agosto de 2019.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor**

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório de Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar este fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.280/13 e as regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/13 e as regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 30 de agosto de 2019

*DELOITTE TOUCHE TOHMATSU*

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR



Luiz Carlos Oseliero Filho  
Contador  
CRC nº 1 SP 234751/O-6

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas explicativas	2019		2018		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	2019		2018	
CIRCULANTE		1.781.921	1.747.802	CIRCULANTE			1.149.838	1.173.756			
Disponibilidades	3	17.390	8.067	Depósitos	10		1.029	-			
Aplicações interfinanceiras de liquidez		157.359	224.137	Depósitos a prazo			1.029	-			
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3	157.359	224.137	Obrigações por empréstimos			149.777	-			
Títulos e valores mobiliários	4	43.534	44.849	Empréstimos no exterior	11		149.777	-			
Carteira Própria		43.534	44.849	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais			875.872	1.087.473			
Operações de crédito	5	1.497.944	1.409.255	FINAME	12		875.872	1.087.473			
Operações de crédito - Setor privado		1.539.011	1.460.678	Outras obrigações			123.160	86.283			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(41.067)	(51.423)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados			702	588			
Operações de arrendamento mercantil	5	1.561	1.828	Sociais e Estatutárias			1.413	1.275			
Operações de arrend. financeiro a receber				Fiscais e previdenciárias	13.a)		25.397	15.301			
Setor privado		65	1.619	Diversas	13.b)		95.648	69.119			
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		-	(1.365)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			1.867.997	1.297.415			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(97)	(12)	Depósitos	10		2.398	3.835			
Operações de arrend. operacional a receber				Depósitos a prazo			2.398	3.835			
Setor privado		23.869	28.537	Obrigações por empréstimos			497.735	-			
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(22.276)	(26.951)	Empréstimos no exterior	11		497.735	-			
Outros créditos	6	61.896	53.457	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais			1.332.208	1.264.371			
Diversos	6	61.896	53.457	FINAME	12		1.332.208	1.264.371			
Outros valores e bens	7	2.237	6.209	Outras obrigações			35.656	29.209			
Outros valores e bens		992	4.978	Fiscais e previdenciárias	13.a)		9.928	5.553			
Despesas antecipadas		1.245	1.231	Diversas	13.b)		25.728	23.656			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.210.253	1.556.762	Resultados de exercícios futuros	2.1.o)		10.374	15.116			
Operações de crédito	5	2.164.934	1.480.180	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		1.034.980	897.659			
Operações de crédito - Setor privado		2.209.945	1.534.191	Capital - domiciliados no exterior			776.528	728.843			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(45.011)	(54.011)	Reserva de capital			73	73			
Operações de arrendamento mercantil	5	-	(207)	Reserva de lucros			258.379	168.743			
Operações de arrend. financeiro a receber											
Setor privado		-	6.618								
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		-	(6.618)								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	(207)								
Operações de arrend. operacional a receber											
Setor privado		1.302	23.224								
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(1.302)	(23.224)								
Outros créditos	6	45.222	76.187								
Diversos	6	45.222	76.187								
Outros valores e bens	7	97	602								
Despesas antecipadas		97	602								
PERMANENTE		71.015	79.382								
Investimentos		9.055	9.432								
Participações em controladas - No País	8	1.719	2.896								
Outros investimentos		7.336	6.536								
Imobilizado de uso		326	397								
Outras imobilizações de uso		1.201	1.358								
Depreciações acumuladas		(875)	(961)								
Imobilizado de arrendamento	9	54.819	63.078								
Bens arrendados		83.501	86.427								
Depreciação acumulada		(28.682)	(23.349)								
Diferido		279	420								
Perdas em arrendamento a amortizar e outros		547	2.693								
Amortizações acumuladas		(268)	(2.273)								
Intangível		6.536	6.055								
Ativos intangíveis		8.145	10.845								
Amortizações acumuladas		(1.609)	(4.790)								
TOTAL DO ATIVO		4.063.189	3.383.946	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			4.063.189	3.383.946			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas explicativas	2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		243.689	218.660
Operações de crédito		222.143	187.994
Operações de arrendamento mercantil		19.169	19.846
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.377	10.820
DESPESAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		(121.466)	(87.654)
Operações de captação no mercado		(327)	(145)
Operações de empréstimos e repasses		(99.453)	(81.779)
Operações de arrendamento mercantil		(13.775)	(14.486)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(7.911)	8.756
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		122.223	131.006
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(21.535)	(23.632)
Receitas de prestação de serviços	17.a)	49.278	41.577
Despesas de pessoal		(18.996)	(18.215)
Despesas gerais e administrativas	16	(40.273)	(41.505)
Despesas tributárias		(12.388)	(10.639)
Resultado de participações em controladas	8	(625)	(481)
Outras receitas operacionais	17.b)	5.870	10.575
Outras despesas operacionais	18	(4.401)	(4.944)
RESULTADO OPERACIONAL		100.688	107.374
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		419	1.288
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		101.107	108.662
Provisão para imposto de renda e contribuição social	14.a)	(38.995)	(44.728)
Provisão para imposto de renda		(14.678)	(6.756)
Provisão para contribuição social		(7.217)	(3.344)
IR/CS diferidos		(17.100)	(34.628)
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO		(1.320)	(1.289)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		60.792	62.645
Quantidade de ações no final do semestre		7.189.666.600	6.748.179.700
Lucro líquido por ação - em reais - R\$		0,0085	0,0093

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital realizado	Aumento de capital	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
				Legal	Outras		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	728.843	-	73	22.313	83.785	-	835.014
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	62.645	62.645
Destinações do lucro:							
Reserva de lucros	-	-	-	3.132	59.513	(62.645)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	<u>728.843</u>	<u>-</u>	<u>73</u>	<u>25.445</u>	<u>143.298</u>	<u>-</u>	<u>897.659</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	728.843	47.685	73	32.353	165.234	-	974.188
Aprovação de aumento de capital	47.685	(47.685)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	60.792	60.792
Destinações do lucro:							
Reserva de lucros	-	-	-	3.040	57.752	(60.792)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	<u>776.528</u>	<u>-</u>	<u>73</u>	<u>35.393</u>	<u>222.986</u>	<u>-</u>	<u>1.034.980</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019	2018
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.a)	101.107	108.662
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos:			
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	5.g)	7.911	(8.756)
Depreciações e amortizações		7.921	7.459
Provisão para passivos contingentes		1.750	2.908
Ajuste ao valor de mercado de investimentos		(390)	(258)
Insuficiência (Superveniência) de depreciação		275	2.757
Resultado de participação em controladas	8.a)	625	481
Participação nos lucros		<u>(1.320)</u>	<u>(1.289)</u>
		117.879	111.964
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
Aumento (redução) de títulos e valores mobiliários		14.370	(8.555)
Operações de crédito e arrendamento mercantil		(464.904)	(17.993)
Outros créditos		13.118	(5.393)
Outros valores e bens		111	6.077
Outras obrigações		9.809	(15.192)
Resultados de exercícios futuros		(2.053)	(1.976)
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(14.685)</u>	<u>(6.085)</u>
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(326.355)</u>	<u>62.847</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Aquisição de imobilizado de uso		(3)	-
Aquisição de intangível/diferido		(737)	(288)
Aquisição de imobilizado de arrendamento		<u>(3.687)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(4.427)</u>	<u>(288)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento (redução) em depósitos		(731)	(1.293)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses		<u>453.902</u>	<u>(216.082)</u>
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		453.171	(217.375)
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		<u>122.389</u>	<u>(154.816)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		52.360	387.020
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	3	174.749	232.204

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (em milhares de reais – R\$)

---

Aos acionistas e clientes:

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, apresentamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial relativas ao semestre findo em 30/06/2019, bem como o parecer dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido da Sociedade em 30 de junho de 2019 é de R\$1.034.980 (R\$897.659 em 2018) e o resultado do semestre foi um lucro de R\$60.792 (R\$62.645 em 2018).

Agradecemos aos acionistas, clientes e funcionários pela colaboração e apoio demonstrado durante o semestre.

Curitiba, 30 de agosto de 2019

A DIRETORIA

## BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volvo (Brasil) S.A. - Conglomerado Prudencial ("Banco Volvo"), com sede na cidade de Curitiba – PR, compreende as seguintes entidades: Banco Volvo (Brasil) S.A. (Instituição líder) e Volvo Administradora de Consórcio Ltda. ("Consórcio"). Atua, principalmente, em operações de crédito voltadas ao financiamento de veículos e administração de grupos de consórcio de caminhões, ônibus e equipamentos de construção da marca Volvo.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do Banco Volvo S.A. Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.280 de 31 de outubro 2013 e Circular nº 3.701 de 13 março 2014, do BACEN e atendem os propósitos específicos da referida resolução.

Foram aplicados as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (nota 4) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

Em 30 de agosto de 2019, a Diretoria Executiva aprovou as demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial e autorizou divulgá-las a partir desta data.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco Volvo na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN:

- Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
- Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.
- Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações.
- Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
- Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente.
- Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

- Resolução CMN nº 4.424/15 - Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

b) Consolidação

Conforme determinado no artigo 1º, da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional - CMN, as demonstrações financeiras do Banco Volvo S.A. - Conglomerado Prudencial abrangem a consolidação da Volvo Administradora de Consórcio Ltda., localizada no país sobre a qual o Banco detém controle direto. Em consonância com a referida norma, a controlada Volvo Corretora de Seguros, Administração e Serviços (Brasil) Ltda. não faz parte do escopo dessa consolidação.

Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

2.1. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado, de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata die" e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Adicionalmente, as receitas e despesas foram reconhecidas segundo a Portaria MF nº 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período.
- Ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.
- Os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

b) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IR e contribuição social - CSLL é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 e regulamentação complementar, em 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados na categoria para negociação são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos na demonstração do resultado.

f) Operações de crédito, depósitos a prazo e interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses

As operações prefixadas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta rendas/despesas a apropriar, e as operações pós-fixadas, pelo valor presente, atualizadas "pro rata temporis" até a data do balanço.

g) Operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento foram demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais a vencer, as quais são apropriadas ao resultado nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF no. 140/84.

O ajuste financeiro da carteira de arrendamentos, necessário para que o resultado e o patrimônio líquido estejam de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, foi calculado em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato.

h) Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira.

Em conformidade com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, a instituição classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos tais como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros.

A referida Resolução requer que seja constituída provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa equivalente, no mínimo, ao total produzido pela aplicação de percentuais específicos.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos foram registrados ao valor de custo, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear e considera as seguintes taxas anuais de vida útil: 10% para móveis e equipamentos e 20% para sistema de processamento de dados e sistema de transporte.

k) Imobilizado de arrendamento

É demonstrado ao custo e reduzido pela depreciação acumulada que, quando aplicável, é calculada de forma acelerada e, segundo determinação da Portaria MF nº 140/84, com redução de 30% da vida útil. Consequentemente, o Banco Volvo, visando atender ao regime de competência, constituiu, no semestre, provisão para insuficiência de depreciação, no montante de R\$275 (2018 – R\$2.756) classificada em "Despesas da intermediação financeira", na rubrica "Operações de arrendamento mercantil", equivalente ao ajuste ao efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas internas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89.

l) Ativo diferido e intangível

Composto, substancialmente, de gastos logísticos demonstrados pelo custo e amortizados pelo método linear à taxa de vida útil de 20% ao ano. De acordo com a Resolução CMN nº 3.617, de 30 de setembro de 2008, os saldos existentes no ativo diferido antes da entrada em vigor desta Resolução podem ser mantidos até a sua efetiva baixa. Novos gastos foram contabilizados no ativo intangível, a partir desta data.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Na avaliação da Administração não houve indícios de perda por "impairment" no semestre findo em 30 de junho de 2019.

n) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

## o) Resultados de exercícios futuros

Referem-se a receitas de juros recebidos, antecipadamente, na liberação de créditos subsidiados pela montadora Volvo do Brasil Veículos Ltda. e concessionários, reconhecidas como resultados de exercícios futuros, no montante de R\$10.374 (2018 – R\$15.116), as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações classificados em “Receitas da intermediação financeira”, na rubrica “Operações de Crédito”, no montante de R\$3.228, para o semestre findo em 30 de junho de 2019 (2018 – R\$2.786), e pelas parcelas do lucro obtido nas operações de cessão de crédito, ocorridas nos exercícios de 2010 a 2014.

## p) Benefícios a empregados

O Banco opera com plano de pensão exclusivo, a cargo da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada. O plano é financiado por pagamentos proporcionais, de acordo com os cálculos atualizados anualmente. O Banco tem apenas plano de contribuição definida.

O Banco faz contribuições para o plano privado, de forma contratual. O Banco não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

## q) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (v) créditos tributários; (vi) créditos de liquidação duvidosa. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades	17.390	8.067
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	<u>157.359</u>	<u>224.137</u>
Total	<u>174.749</u>	<u>232.204</u>

- (i) Referem-se a aplicações realizadas pelo Banco em Depósitos Interfinanceiros, remunerados à taxa média de 100% do CDI.

## 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

## a) Composição da carteira

Tipo de aplicação	Remuneração anual média - %	Valor de mercado	
		2019	2018
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	8,17	27.805	31.198
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	3,18	15.729	13.651
Total		<u>43.534</u>	<u>44.849</u>

## b) Abertura da carteira de títulos e valores mobiliários

	2019	2018
Títulos para negociação	<u>43.534</u>	<u>44.849</u>

Os títulos para negociação são representados por aplicações financeiras em títulos públicos federais (LTN) e CDB com remuneração vinculada à variação do Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com os seguintes vencimentos:

	2019 Valor de mercado	2018 Valor de mercado
A vencer em até 12 meses	15.729	13.651
A vencer acima de 12 meses	27.805	31.198
Total	<u>43.534</u>	<u>44.849</u>

De acordo com a Circular 3.068/2001 (BACEN), os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" devem ser apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

## 5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

## a) Operações de arrendamento a receber

A carteira de arrendamento a receber, demonstrada pelo valor presente, é composta pelos seguintes saldos:

	2019	2018
Ativo circulante	1.658	1.840
Imobilizado de arrendamento (nota nº 9)	54.819	63.078
(-) Ativo circulante de arrendamento operacional	(1.593)	(1.586)
Imobilizado de arrendamento operacional	<u>(46.561)</u>	<u>(54.774)</u>
Imobilizado de arrendamento financeiro	8.323	8.558
Outras obrigações - diversas - longo prazo e circulante: Credores por antecipação de valor residual	(336)	(835)
Total de arrendamento financeiro a receber, pelo valor presente	<u>7.987</u>	<u>7.723</u>



Os valores demonstrados nos quadros a seguir, referentes a arrendamentos a receber, estão demonstrados pelo valor presente das operações.

As operações de arrendamento financeiro têm cláusulas de opção de compra, de taxas de juros prefixadas e de seguros dos bens objetos de arrendamento, em favor do arrendador.

Os valores residuais de opção de compra, antecipados pelos clientes, em 30 de junho de 2019 montavam R\$336 (2018 - R\$836) e estão registrados em "Outras obrigações - diversas", no passivo circulante e no exigível a longo prazo (nota 13(b)).

b) Composição da carteira de crédito por tipo de operação

Operações de crédito e arrendamento mercantil

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Finame – Repasses	2.197.891	2.328.473
Financiamento prefixado	1.329.281	524.215
Empréstimos de capital de giro	102.530	34.036
"Floor Plan"	119.254	108.145
Arrendamento financeiro (nota nº 4a)	<u>7.987</u>	<u>7.723</u>
Total	<u>3.756.943</u>	<u>3.002.592</u>

c) Diversificação da carteira de crédito e arrendamento mercantil por ramo de atividade econômica

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Indústria:		
Química e petroquímica	16.882	15.077
Extração mineral	105.369	91.689
Alimentícia, bebidas e tabaco	100.562	70.175
Madeira e móveis	30.712	30.037
Construção e imobiliário	29.495	29.058
Outros	<u>16.093</u>	<u>16.407</u>
	<u>299.113</u>	<u>252.443</u>
Comércio	<u>493.721</u>	<u>445.239</u>
Serviços:		
Transporte rodoviário (mercadorias e passageiros)	2.552.239	1.933.825
Construção civil	144.079	153.303
Agricultura, avicultura e agropecuária	52.729	45.074
Outros	<u>136.442</u>	<u>99.393</u>
	<u>2.885.489</u>	<u>2.231.595</u>
Pessoa física	78.620	73.315
Total da carteira	<u>3.756.943</u>	<u>3.002.592</u>

## d) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil por níveis de risco

Níveis de risco	2019			2018	
	Créditos em dia	Créditos com atraso inferior a 15 dias	Créditos com atraso igual ou superior a 15 dias	Total	Total
AA	416.014	805	-	416.819	250.386
A	1.400.780	4.957	195	1.405.932	1.120.207
B	1.187.945	8.365	627	1.196.937	963.444
C	490.989	6.515	2.166	499.670	383.219
D	183.452	4.719	3.250	191.421	202.679
E	9.501	227	583	10.311	24.789
F	8.619	358	1.865	10.842	10.762
G	1.003	41	563	1.607	4.239
H	17.516	772	5.116	23.404	42.867
Total	<u>3.715.819</u>	<u>26.759</u>	<u>14.365</u>	<u>3.756.943</u>	<u>3.002.592</u>

## e) Composição da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil, e correspondente provisão para riscos de crédito, nos níveis de riscos estabelecidos pelo BACEN

Níveis de risco	Saldos em 30/06/2019	Percentual de provisionamento por nível de risco	Provisão para risco de crédito
AA	416.819	0%	-
A	1.405.932	0,50%	7.030
B	1.196.937	1,00%	11.969
C	499.670	3,00%	14.990
D	191.421	10,00%	19.142
E	10.311	30,00%	3.093
F	10.842	50,00%	5.421
G	1.607	70,00%	1.125
H	23.404	100,00%	23.405
Total	<u>3.756.943</u>		<u>86.175</u>

Níveis de risco	Saldos em 30/06/2018	Percentual de provisionamento por nível de risco	Provisão para risco de crédito
AA	250.386	0%	-
A	1.120.207	0,50%	5.601
B	963.444	1,00%	9.634
C	383.219	3,00%	11.498
D	202.679	10,00%	20.267
E	24.789	30,00%	7.437
F	10.762	50,00%	5.381
G	4.239	70,00%	2.968
H	42.867	100,00%	42.867
Total	<u>3.002.592</u>		<u>105.653</u>

## f) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil por faixa de vencimento das operações

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Parcelas vencidas acima de 15 dias	14.365	31.986
Parcelas vencidas há menos de 15 dias	26.759	2.799
A vencer:		
Até 90 dias	457.609	428.598
De 91 a 360 dias	1.042.732	1.004.374
Acima de 360 dias	<u>2.215.478</u>	<u>1.534.835</u>
Total	<u>3.756.943</u>	<u>3.002.592</u>

## g) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do semestre	85.957	152.328
Constituição (reversão) de provisão	7.911	(8.756)
Baixa de créditos incobráveis	<u>(7.693)</u>	<u>(37.919)</u>
Saldo no final do semestre	<u>86.175</u>	<u>105.653</u>
Recuperação de créditos baixados	<u>15.477</u>	<u>24.396</u>

## h) Operações de crédito renegociadas

O montante de operações de crédito renegociadas do Banco Volvo durante o semestre findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$8.268 (2018 – R\$17.174).

## 6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante:		
Créditos tributários (nota nº 14 (b))	27.310	33.732
Valores pendentes de recebimento (a)	20.585	16.965
Impostos a recuperar	9.179	-
Outros créditos	<u>4.822</u>	<u>2.760</u>
	<u>61.896</u>	<u>53.457</u>
Realizável a longo prazo:		
Créditos tributários (nota nº 14 (b))	31.059	55.037
Depósitos judiciais	11.509	7.426
Impostos a recuperar	<u>2.654</u>	<u>13.724</u>
	<u>45.222</u>	<u>76.187</u>
Total	<u>107.118</u>	<u>129.644</u>

(a) Refere-se a recursos ainda pendentes de recebimento dos grupos de consórcio em cobrança judicial, os quais serão rateados aos grupos quando de seu recebimento efetivo.

7. OUTROS VALORES E BENS - CURTO E LONGO PRAZOS

Referem-se a bens não de uso próprio, correspondente à recuperação de veículos financiados e a despesas pagas antecipadamente relacionadas à contratação de carta de fiança e a despesas com contratos de arrendamento mercantil.

8. INVESTIMENTOS

a) Demonstração dos investimentos

	<u>Volvo Corretora de Seguros, Administração e Serviços (Brasil) Ltda.</u>
Quotas possuídas	9.999
Participação no capital social e votante	99,99%
Patrimônio líquido	1.719
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	(625)
Saldo contábil do investimento	1.719
Equivalência patrimonial do semestre	(625)
 Movimentação dos investimentos	
	<u>Volvo Corretora de Seguros, Administração e Serviços (Brasil) Ltda.</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.377
Ajuste de equivalência patrimonial	<u>(481)</u>
Saldos em 30 de junho de 2018	2.896
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.344
Ajuste de equivalência patrimonial	<u>(625)</u>
Saldos em 30 de junho de 2019	<u><u>1.719</u></u>

9. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

O imobilizado de arrendamento é composto como segue:

	Taxa média anual de depreciação	2019			
		Custo	Depreciação	Superveniência (Insuficiência)	Total
<u>Bens arrendados</u>					
Veículos	35,3%	77.488	(27.439)	1.007	51.056
Máquinas e equipamentos	35,3%	4.290	(1.243)	716	3.763
Total		<u>81.778</u>	<u>(28.682)</u>	<u>1.723</u>	<u>54.819</u>

Bens arrendados	Taxa média anual de depreciação	2018			
		Custo	Depreciação	Superveniência (insuficiência)	Total
Veículos	35,3%	84.191	(23.918)	2.245	62.518
Maq. e Equip.	35,3%	2.236	(2.236)	560	560
Total		<u>86.427</u>	<u>(26.154)</u>	<u>2.805</u>	<u>63.078</u>

## 10. DEPÓSITOS

Depósito a prazo indexados ao CDI, com os seguintes vencimentos:

	2018	2018
Até 1 ano	1.029	-
De 1 a 3 anos	2.398	3.835
Total	<u>3.427</u>	<u>3.835</u>

A remuneração dos depósitos é variável entre 94% e 100% do CDI.

## 11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Captações de recursos no exterior, com a Volvo Treasury AB sem risco cambial, indexados em reais e com taxas prefixadas de 7,7% a.a.

Em 30 de junho, os vencimentos das obrigações por empréstimos são:

	2019	2018
Até 1 ano	149.777	-
De 1 a 3 anos	497.735	-
Total	<u>647.512</u>	<u>-</u>

## 12. OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS

Recursos do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME, sujeitos a encargos contratuais pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, Taxa de Longo Prazo - TLP ou Selic, acrescida de juros variando de 1,7% a 8,2% a.a. (2018 - 1,6% a 8,4% a.a.), e recursos com taxas prefixadas variando de 0,8% a 19,8% a.a. (2018 - 0% a 19,5% a.a.), com os seguintes vencimentos:

	2019	2018
Até 1 ano	875.872	1.087.473
De 1 a 3 anos	940.029	1.055.415
De 3 a 5 anos	362.345	198.501
De 5 a 15 anos	29.834	10.455
Total	<u>2.208.080</u>	<u>2.351.844</u>

Em parte de sua carteira de repasses, o Banco Volvo conta com garantia do Fundo Garantidor de Investimento (FGI), de natureza privada, administrado pelo BNDES, até o limite máximo de 80% da operação. A carteira coberta pelo fundo é de R\$282.194 (R\$262.297 em 2018) O FGI é um fundo destinado a complementar parte das garantias de um financiamento. Os agentes financeiros que utilizam a garantia do FGI são cotistas do fundo na proporção de 0,5% dos valores que pretendem garantir nas operações.

### 13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

#### a) Fiscais e previdenciárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante:		
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	8.537	3.641
Provisão de IR/CS diferido (i)	12.654	7.442
Outros impostos e contribuições a recolher	<u>4.206</u>	<u>4.218</u>
	25.397	15.301
Realizável a longo prazo:		
Provisão para riscos fiscais (ii)	<u>9.928</u>	<u>5.553</u>
Total	<u>35.325</u>	<u>20.854</u>

(i) Refere-se à provisão de imposto de renda sobre resultado de superveniência de depreciação dos veículos de arrendamento mercantil, e ajuste da depreciação acelerada dos veículos 63

(ii) De arrendamento operacional.

(iii) O Banco é parte envolvida em processos tributários em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos (vide nota 13 (b) e (c)). Este saldo refere-se, principalmente, a ações fiscais nas quais são discutidas as bases de cálculo de IRPJ e CSLL na vigência do plano real.

#### b) Diversas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante:		
Provisão para pagamentos a efetuar	22.884	19.855
Credores por antecipação de valor residual	336	778
Recursos a devolver a grupos encerrados (ii)	20.328	14.677
Recursos pendentes de recebimento (nota nº 6)	20.585	16.965
Diversos	<u>31.515</u>	<u>16.844</u>
	95.648	69.119
Realizável a longo prazo:		
Credores por antecipação de valor residual	-	58
Provisão para perdas nos grupos de consórcio (i)	3.087	6.015
Provisão para contingências (iii)	<u>22.641</u>	<u>17.583</u>
	25.728	23.656
Total	<u>121.376</u>	<u>92.775</u>

- (i) Provisão para perdas para cobrir responsabilidades da Administradora no encerramento de grupos em andamento e valores já aportados em grupos encerrados.
- (ii) Representam os recursos a devolver a consorciados desistentes, excluídos e provenientes de rateios de saldos, transferidos para a Administradora e mantidos à disposição dos participantes desses grupos encerrados.
- (iii) As obrigações são de natureza cível, em geral, decorrente de revisão de contrato e de indenização para danos morais e materiais.

#### Perdas possíveis

O Banco Volvo tem ações de natureza tributária, para as quais não há provisão contabilizada, relacionadas a ISS sobre operações de leasing, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no valor de R\$25.628 (2018 - R\$26.177).

O Banco Volvo também possui ações de natureza cível (revisionais e/ou indenizatórias), para as quais não há provisão contabilizada, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no valor de R\$1.426 (2018 - R\$2.513).

#### c) Movimentação da provisão para perdas e para contingências

	Provisão para perdas nos grupos de consórcios	Provisão para contingências	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.580	20.837	25.417
Constituição (reversão) de provisão	(91)	2.553	2.462
Utilização de provisão (líquida de recuperações)	<u>(1.402)</u>	<u>(749)</u>	<u>(2.151)</u>
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>3.087</u>	<u>22.641</u>	<u>25.728</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.321	15.824	21.145
Constituição (Reversão) de provisão	908	2.000	2.908
Utilização de provisão (líquida de recuperações)	<u>(214)</u>	<u>(241)</u>	<u>(455)</u>
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>6.015</u>	<u>17.583</u>	<u>23.598</u>

## 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Medida Provisória (MP) nº 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, dispôs sobre medidas tributárias e elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das instituições financeiras, sociedades seguradoras e de capitalização de 15% para 20% do lucro tributável, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

Assim, as provisões para CSLL foram constituídas pela aplicação da alíquota de 15% até agosto de 2015, de 20% para o período compreendido entre setembro de 2015 a dezembro de 2018, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019 (15% para os impostos diferidos) e as provisões para imposto de renda (IR) pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$240 no exercício, sobre o lucro tributável, conforme demonstrado abaixo:

Com relação a Consórcio, a alíquota de IR é de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$240 no exercício e da CSLL de 9%.

a) Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

Descrição	2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação	101.107	101.107	108.662	108.662
Equivalência patrimonial	625	625	481	481
Adições e exclusões temporárias	<u>(43.017)</u>	<u>(46.839)</u>	<u>(80.523)</u>	<u>(82.266)</u>
Participação dos empregados no lucro	(1.320)	(1.320)	(1.289)	(1.289)
Ajuste da depreciação acelerada da carteira de leasing	(6.877)	(6.877)	(6.718)	(6.718)
Provisão para devedores duvidosos	(20.231)	(20.231)	(65.729)	(65.729)
Outras adições e exclusões temporárias	(14.589)	(18.411)	(6.787)	(8.530)
Despesas indedutíveis	44	44	32	32
Compensação de prejuízos e base negativa de contribuição social na Consórcio	-	-	(1.580)	(3.798)
Base de cálculo	<u>58.759</u>	<u>54.937</u>	<u>27.072</u>	<u>23.111</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	(14.678)	(7.217)	(6.756)	(3.344)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(9.966)</u>	<u>(7.134)</u>	<u>(19.479)</u>	<u>(15.149)</u>
Diferenças temporárias	(5.118)	(3.742)	(16.793)	(13.776)
Ajuste da depreciação acelerada da carteira de leasing	(1.596)	(958)	(1.249)	(749)
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	<u>(3.252)</u>	<u>(2.434)</u>	<u>(1.437)</u>	<u>(624)</u>
Total	<u>(24.644)</u>	<u>(14.351)</u>	<u>(26.235)</u>	<u>(18.493)</u>

b) Impostos diferidos

O Banco Volvo – Conglomerado Prudencial possui R\$4.079 (2018 – R\$18.019) de base negativa de contribuição social e R\$146.659 (2018 - R\$204.874) de diferenças temporárias em 30 de junho de 2019, sobre os quais foram contabilizados integralmente, créditos tributários ativos, no montante de R\$58.369 (2018 - R\$88.769). Tais diferenças referem-se substancialmente à provisão para créditos de liquidação duvidosa. Adicionalmente, em 2018 o Banco possuía R\$10.806 de prejuízos fiscais acumulados para fins de imposto de renda.

O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados, com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros anuais futuros, sem prazo de prescrição. Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	Diferenças temporárias e prejuízo fiscal
2019	21.575
2020	11.367
2021	16.760
2022	8.209
2023	458
Total	<u>58.369</u>

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$55.889 (2018 - R\$83.875), de diferenças temporárias.



## c) Movimentação no semestre

	<u>Valor líquido dos créditos</u>	<u>Imposto diferido passivo</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	121.399	-
Créditos tributários constituídos (utilizados)	<u>(32.630)</u>	<u>-</u>
Saldo em 30 de junho de 2018	88.769	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	72.912	(10.100)
Créditos tributários constituídos (utilizados)	<u>(14.543)</u>	<u>1.563</u>
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>58.369</u>	<u>(8.537)</u>

## 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Composição do capital

O capital social subscrito e integralizado está representado, em 2019, por 3.594.833.300 ações ordinárias e 3.594.833.300 ações preferenciais (2018 - 3.374.089.850 ações ordinárias e 3.374.089.850 ações preferenciais), todas nominativas sem valor nominal, assim distribuídas entre seus acionistas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Volvo Holding Sverige Aktiebolag	99,99%	99,99%
Outros	<u>0,01%</u>	<u>0,01%</u>
Total	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

O Estatuto Social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com as disposições da legislação societária, após a compensação dos prejuízos acumulados. As ações preferenciais não têm direito a voto, possuem prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação do Banco e igualdade de direitos com as ações ordinárias nos demais aspectos.

## b) Juros sobre o capital próprio e aumento de capital

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração do Banco Volvo aprovou, em reunião de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2018, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$56.101 (2017 - R\$53.200), o que corresponde a R\$0,10801 (2017 - R\$0,0079) por ação, foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

Nessa mesma Assembleia Geral Extraordinária, a acionista controladora decidiu reinvestir os juros sobre o capital próprio no capital social do Banco Volvo, aprovando aumento de capital equivalente ao valor pago dos juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF, no montante de R\$47.685 (2017 - R\$45.220), passando o capital social do Banco de R\$728.843 em 31 de dezembro de 2017 para R\$776.528 em 31 de dezembro de 2018, com emissão de 220.743.450 (2017 - 209.332.469) ações ordinárias e de 220.743.450 (2017 - 209.332.469) ações preferenciais. A aprovação do aumento de capital social, pelo Banco Central do Brasil, deu-se em 13 de março de 2019.

## 16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas de cobrança jurídica	5.704	12.011
Despesas com serviços de terceiros	6.454	9.584
Despesas de comissões e campanhas	15.793	10.851
Despesas de promoção e relações públicas	2.377	2.437
Despesas com viagens e transporte	1.897	1.860
Despesas com processamento de dados	3.202	1.809
Outras despesas administrativas	<u>4.846</u>	<u>2.953</u>
Total	<u>40.273</u>	<u>41.505</u>

## 17. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

## a) Receita de prestação de serviços

Compostas substancialmente pelas receitas de taxa de administração da Consórcio, que no semestre findo em 30 de junho de 2019 montam R\$46.397 (2018 – R\$39.271).

## b) Outras receitas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Recuperação de despesas	4.470	7.739
Cessão de crédito	6	70
Reversão de provisões operacionais	586	736
Outras	<u>808</u>	<u>2.030</u>
Total	<u>5.870</u>	<u>10.575</u>

## 18. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas de provisões legais e contingências	2.554	3.643
Despesas com serviços de terceiros	1.127	1.185
Outras	<u>720</u>	<u>116</u>
Total	<u>4.401</u>	<u>4.944</u>

## 19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

## a) Transações e saldos

As transações realizadas pelo Banco Volvo, com partes relacionadas, compreendem aplicações em depósitos interfinanceiros e captações de depósito a prazo, contratadas com taxas e condições praticadas com terceiros e receitas (despesas) administrativas referente a contrato específico de prestação de serviços.

Os saldos destas operações são demonstrados a seguir:

	2019		2018	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Receitas administrativas:				
Volvo Corretora de Seg., Adm. e Serv. Ltda.	42	252	(108)	252
Depósitos a prazo:				
Volvo Corretora de Seg., Adm. e Serv. Ltda.	(931)	(51)	(1.807)	(74)
Empréstimos no exterior (nota nº 11):				
Volvo Treasury AB	(647.512)	(8.208)	-	-
Despesas administrativas:				
Volvo Financial Services US LLC	-	(1.667)	-	(2.388)
Volvo do Brasil Veículos Ltda.	(492)	(1.463)	(418)	(1.241)
Volvo Information Technology AB	(930)	(859)	(131)	(920)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São considerados como pessoal-chave da Administração os funcionários que fazem parte da diretoria. A remuneração paga ou a pagar a estes funcionários está demonstrada a seguir, e refere-se ao montante pago ou a pagar pelos serviços por eles prestados às empresas do conglomerado Volvo Serviços Financeiros - Brasil:

	2019	2018
Salários, honorários e encargos	1.769	1.744
Gratificação	484	445
Planos de aposentadoria e pensão	57	56
Outros	58	179
	<u>2.368</u>	<u>2.424</u>

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, o Banco Volvo não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

## 21. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Banco Volvo, Instituição integrante da divisão *Volvo Financial Services* do Grupo Volvo, gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes globais e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoramento de ameaças a que nossos negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis.

Para o Grupo Volvo, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.

a.1) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Banco Volvo é realizado por uma estrutura, cuja atuação visa controlar e prevenir a exposição das operações da Instituição aos riscos provenientes do não cumprimento de obrigações contratadas pelo tomador de crédito (inadimplência).

a.2) Risco de mercado e risco de liquidez

A estrutura de risco de mercado e de liquidez do Banco Volvo é responsável pelo controle de todo o processo de avaliação das flutuações das condições de mercado e por monitorar o equilíbrio entre pagamentos (passivos) e recebimentos (ativos), através de critérios de cálculo e limites de exposição determinados pela matriz do Grupo, de forma a garantir a capacidade de pagamento da Instituição. Os critérios levam em consideração as diferentes moedas, índices e prazos de liquidação.

a.3) Risco operacional

A estrutura de risco operacional visa proporcionar, além da regularidade com requisitos legais, um alinhamento processual com as diretrizes de controles internos do Grupo. Essa estrutura coordena e auxilia a gestão das ações de análise, identificação e avaliação de controles e processos, planejando ações corretivas e/ou preventivas para mitigar os riscos.

Mais informações sobre a gestão de riscos podem ser obtidas em nosso site, no link: <http://www.vfsc.com.br/pt-br/compliance.html>.

a.4) Risco socioambiental

A estrutura de gerenciamento do risco socioambiental tem como objetivo elencar as diretrizes que norteiam as ações que devem ser observadas na comercialização dos produtos e serviços do Banco Volvo, bem como na contratação com fornecedores.

b) Estrutura de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo garantir que o Banco mantenha níveis adequados de capital para suportar suas operações. A estrutura implementada inclui política, monitoramento periódico da adequação de capital, plano de capital e testes de estresse.

O modelo estabelecido para o funcionamento da estrutura de Gerenciamento de Capital está disponível no endereço: <http://www.vfsc.com.br/pt-br/compliance.html>

## 22. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

a) Fundo de pensão

A suplementação da aposentadoria dos funcionários está a cargo da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, estabelecida sob a forma de sociedade civil de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, da qual a empresa, por ser uma das patrocinadoras, é responsável pelas contribuições proporcionais, de acordo com os cálculos atualizados anualmente.

## b) Planos de benefícios

A modalidade desse plano é contribuição definida na formação das reservas e também contribuição definida no pagamento da renda mensal a partir da aposentadoria. Apenas para os participantes inscritos no plano até maio/2011, há a opção por benefício definido no pagamento da renda mensal vitalícia a partir da aposentadoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Banco e a Consórcio efetuaram contribuições no montante de R\$752 (2017 – R\$737), referentes à contribuição básica e custeio administrativo.

## c) Passivo atuarial

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Valor presente das obrigações atuariais	(78.991)	(64.520)
Valor justo dos ativos	<u>109.308</u>	<u>87.828</u>
Situação financeira do plano	<u><u>30.317</u></u>	<u><u>23.308</u></u>

A situação financeira do plano, resultante da diferença entre o valor justo dos ativos e o valor presente das obrigações atuariais, apurado de acordo com a metodologia de cálculo adotada em atendimento à norma é meramente contábil. Estes ganhos não são reconhecidos pelo Banco Volvo (Brasil) S.A., nem mesmo pela Vikingprev Sociedade de Previdência Privada, já que está obrigada a calcular as obrigações atuariais e definir as premissas, com base em Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

O passivo atuarial acima demonstrado contempla o resultado geral do Plano Vikingprev (todas as Patrocinadoras do Plano).

## d) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são as seguintes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Hipóteses econômicas:		
Taxa de desconto	9,53% a.a. (nominal)	10,16% a.a. (nominal)
Taxa de retorno esperado dos ativos	9,53% a.a. (nominal)	10,16% a.a. (nominal)
Crescimento salariais futuros	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Crescimento dos benefícios da Previdência Social e dos limites	4,50% a.a. (nominal)	4,60% a.a. (nominal)
Inflação	4,50% a.a.(nominal)	4,60% a.a. (nominal)
Hipóteses demográficas:		
Tábua de mortalidade	AT-2000 Média suavizada em 20%	AT-2000 Média suavizada em 20%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 Média suavizada em 20%	AT-2000 Média suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicável	Não aplicável

### 23. LIMITE OPERACIONAL (ACORDO DA BASILEIA)

Em 30 de junho de 2019, o Banco Volvo encontrava-se enquadrado nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor.

A partir de 1º de outubro de 2013 a Resolução CMN nº 4.193/13 instituiu nova forma de apuração. O Índice de Basileia, em 30 de junho de 2019, foi apurado em 25,90% (2018 – 25,86%).

O Banco possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 8% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3.444/07 e nº 3.490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui PR suficiente para suportar também a exposição referente ao risco de mercado das operações da carteira de não negociação, de acordo com a Circular nº 3.365/07 do BACEN e demais normativos pertinentes

---